



Conversando
sobre **SER MULHER** e **SER HOMEM** no meio rural

Desafios para a construção de relações de gênero no campo



Cartilha Conversando sobre SER MULHER e SER HOMEM no meio rural –
Desafios para a construção de novas relações de gênero no campo

Realização: Cetra - Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador.

Redação: Beth Ferreira - Assistente Social, mestra em Sociologia, educadora e consultora feminista, militante do Fórum Cearense de Mulheres - FCM e da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB.

Revisão:

Concepção de arte e do projeto gráfico: Beth Ferreira

Diagramação: Flávio Santos

Tiragem:

Impressão:

Apoio:

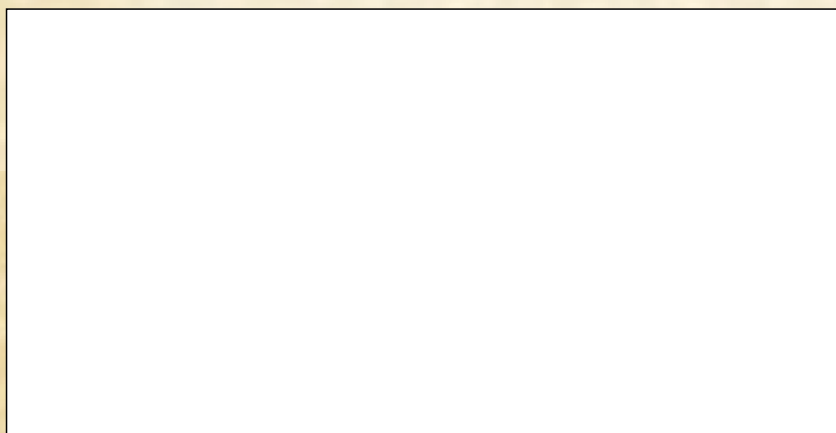


Conversando
sobre **SER MULHER** e **SER HOMEM** no meio rural

Desafios para a construção de relações de gênero no campo



Dados da Publicação

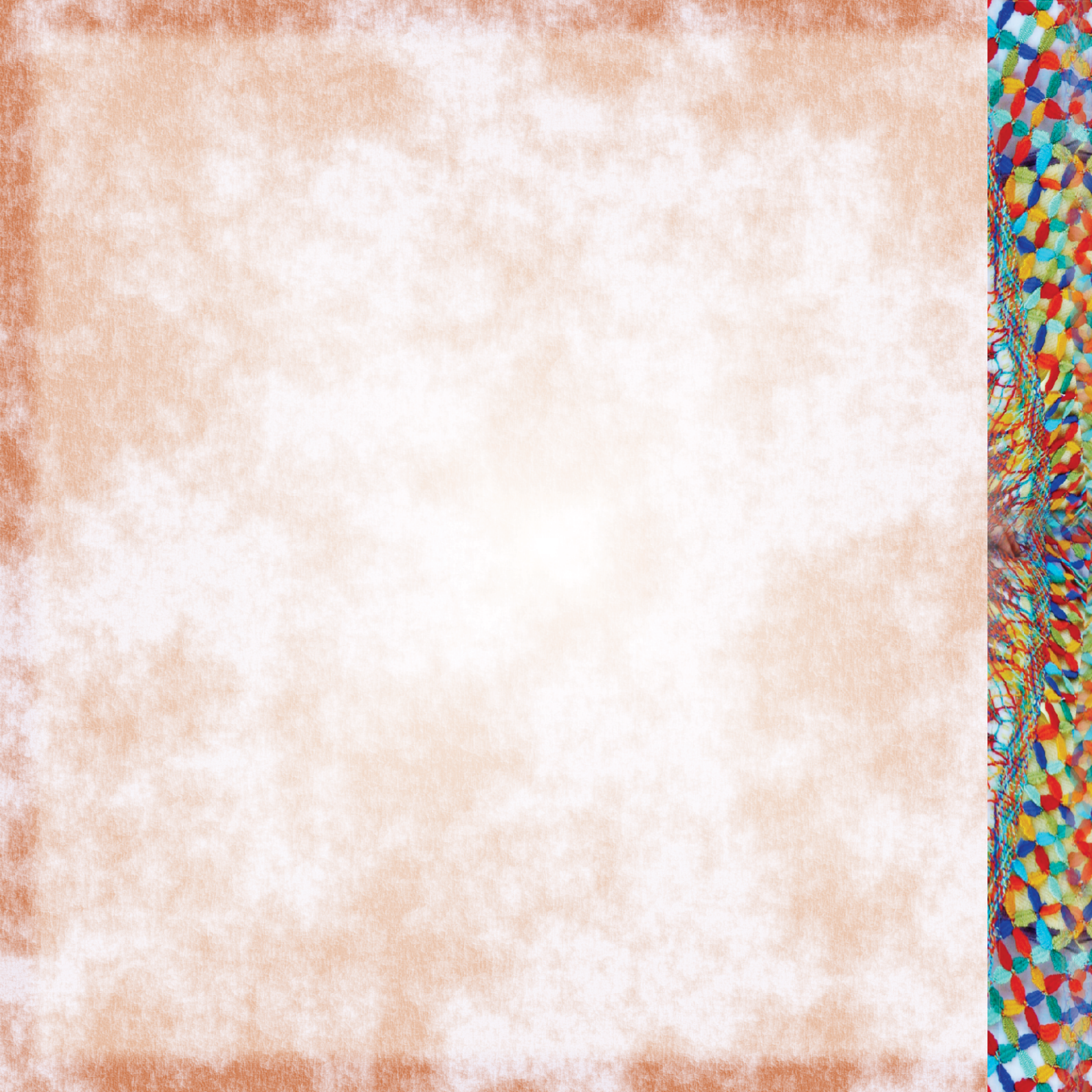


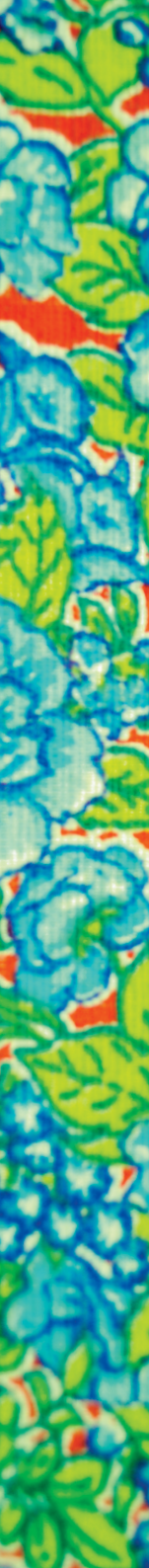
Sumário

Apresentação	04
Para começo de conversa	06
Entrando na roda: vem com a gente conversar	09
1ª Roda de Conversa: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”	10
2ª Roda de Conversa: Gênero e patriarcado	17
3ª Roda de conversa: Gênero, patriarcado e sexualidade	22
4ª Roda de conversa: Gênero, raça e classe	27
5ª Roda de Conversa: Gênero e trabalho	32
6ª Roda de Conversa: Mulheres e política	35
7ª Roda de Conversa: Gênero e trabalho na agricultura familiar	39
8ª Roda de Conversa: Gênero e geração	47
9ª Roda de Conversa: Violência contra as mulheres - metendo a colher	52
10ª Roda de Conversa: Direitos sexuais e direitos reprodutivos	59
Para concluir	62
Onde procurar apoio	64
Bibliografia	66



Apresentação





Para começo de conversa...

Vamos explicar do que trata esta cartilha. Ela foi planejada para ajudar lideranças do movimento de mulheres rurais a discutir com outras mulheres e homens as chamadas “relações de gênero” no campo.

Para isso, ela nos provoca a pensar sobre: O que é *ser mulher* e *ser homem* no campo? Tem diferença? E ser *mulher jovem* no campo, é igual a ser uma *mulher adulta* ou *idosa*? Ser um *homem jovem* é igual a ser um *homem adulto* ou *idoso*? E como é ser *negro* ou *negra* no meio rural? E se um homem gostar de outro homem e uma mulher de outra mulher, ele se torna menos homem e ela menos mulher?

Pensar e refletir sobre estas questões significa tentar compreender o lugar que cada sujeito desses ocupa na comunidade e na sociedade. Também nos ajuda a a descobrir formas de agir para que as relações entre as pessoas sejam as mais justas e igualitárias possíveis.

A cartilha também traz reflexões sobre a vida das mulheres no campo: as condições de trabalho, tanto o doméstico como o produtivo (na agricultura ou em outras áreas); a dificuldade de acesso a direitos, como os da Seguridade e Previdência Social; sua inserção nas políticas agrícolas, agrárias e de assistência técnica rural; a violência doméstica e familiar e a aplicação da Lei Maria da Penha; os direitos sexuais e direitos reprodutivos; entre outras questões.

Em especial, esta cartilha trata da organização política das mulheres rurais na luta para serem reconhecidas como sujeitos de direitos e pela efetivação desses direitos. Deste modo, ela pretende ser um instrumento de apoio às mulheres do campo na sua luta por melhores condições de vida, de trabalho, e por novas relações de gênero na família, na comunidade e na sociedade.

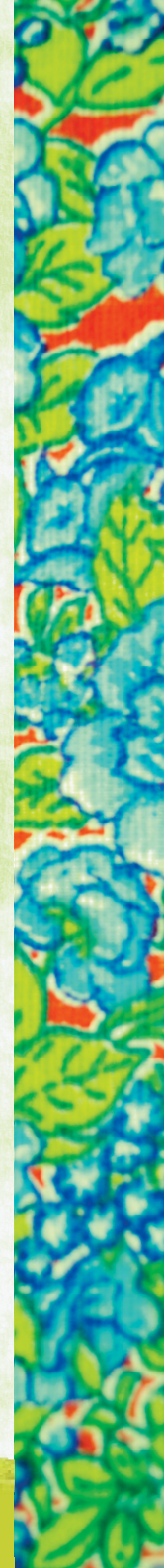
Para facilitar a leitura e compreensão dos conteúdos, se buscou elaborar um texto simples, escrito em forma de diálogo entre a escritora e personagens criadas, representando mulheres do campo. Palavras pouco comuns no vocabulário das agricultoras, foram destacadas, tendo seu sentido explicado numa caixa de texto.

Por se tratar de um texto longo, optou-se por construí-lo a partir de temáticas, podendo cada uma ser o mote para uma Roda de Conversa – na comunidade, na associação, no sindicato. Pensando nesta possibilidade, são sugeridos alguns exercícios de reflexão sobre um conjunto de questões relacionadas aos temas.

Por uma opção política e metodológica, todo texto foi escrito numa linguagem não sexista, usando-se termos que não colocam um dos gêneros como única referência (geralmente, o masculino). Entretanto, não se fez uso do “os/as” que costuma incomodar tanto a algumas pessoas. Com isto pretende-se mostrar que é possível, a partir de uma vontade política, o uso de uma linguagem inclusiva de gênero – entendendo que a linguagem e, mais especificamente, a palavra, são mecanismos de poder construtores ou desconstrutores de desigualdades.

Por último, destaca-se que esta cartilha foi escrita com uma abordagem **feminista**, tendo as mulheres como elemento central. Nem por isso deixa de tratar dos homens, pois compreende-se que para construir um mundo novo, uma nova sociedade, é preciso que mulheres e homens sejam transformados.

E só nos transformando em pessoas melhores, mais éticas, mais justas, mais companheiras e solidárias é possível transformamos o mundo...





ENTRANDO NA RODA: VEM CO A GENTE CONVERSAR!

É muito comum os assentamentos e comunidades rurais do nordeste ter uma associação comunitária, responsável pela organização social local. Geralmente ela se situa na área central da comunidade, tendo à sua frente um vasto terreiro e uma árvore frondosa – uma mangueira, um cajueiro, um juazeiro. Debaixo da sombra destas árvores, mulheres e homens costumam se encontrar para descansar, conversar e até trabalhar.

Em algumas comunidades, é debaixo de uma árvore destas que muitos grupos de mulheres se reúnem em rodas de conversa, sobre a vida, o trabalho, o ser mulher, ser agricultora.

Nesta nossa história, o “*Grupo de Mulheres em Luta*” do assentamento rural “Nova Esperança”, se reúne periodicamente numa roda de conversa sobre como é ser mulher e ser homem na zona rural. As rodas de conversa sobre este tema surgiram a partir da ação de uma ONG - Organização Não Governamental, que dá assessoria ao grupo e à associação. Esta ONG quer fortalecer o grupo de mulheres e as demais mulheres do assentamento para que, juntas, consigam construir relações mais igualitárias entre mulheres e homens no assentamento e na sociedade.

Muitas vezes as rodas de conversa contam com o apoio de uma assessora, técnica da ONG, que sempre estimula as conversas trazendo um tema ou uma frase diferente para ser o mote da conversa.

Vamos entrar na roda também? Vem, vem com a gente conversar!



1ª RODA DE CONVERSA – “NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE MULHER”.

“*Não se nasce mulher, torna-se mulher*”. Vocês já ouviram esta frase? O que será que ela quer dizer? Vamos pensar?

Ela foi escrita em 1942 por uma filósofa feminista francesa, chamada Simone de Beauvoir (se pronuncia “BÔ-VOAR”). Esta é uma frase muito importante para o feminismo e o movimento feminista...

Espera aí! Feminismo? Feminista? O que quer dizer isto?

Certo Mariana, vamos com calma, não é? E por partes... Primeiro, vamos entender o que é o **FEMINISMO**. Ele pode ser compreendido de diversas formas: como visão de mundo, como projeto de sociedade e também como um movimento social.

Quando dizemos que o feminismo é uma “visão de mundo”, queremos dizer que ele é uma forma, uma *maneira* de se pensar e entender o mundo. Quando a gente, por exemplo, olha o mundo com “os óculos do feminismo”, passamos a perceber que a sociedade está estruturada sobre um conjunto de desigualdades, em especial, a desigualdade entre mulheres e homens. A gente passa também a ver e a compreender as várias formas de opressão e discriminação vivenciadas pelas mulheres no mundo todo, ao longo da história.

Outro modo de entender o feminismo é como um “projeto” de sociedade. O que significa isso? Que ele se trata também de um desejo e uma intenção de se transformar o mundo, saindo da desigualdade vivenciada hoje pelas mulheres, para uma sociedade onde mulheres e homens tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades – sociais, políticas, econômicas, culturais.



Mas o feminismo é, acima de tudo, um *movimento social*! Mais precisamente, um *movimento de mulheres*! Organizado pelas mulheres e para as mulheres! Um movimento que luta para construir essa sociedade desejada, sem qualquer tipo de desigualdade. Uma sociedade onde todas as mulheres sejam livres e autônomas para decidir sobre qualquer aspecto de sua vida. Para isso, a auto-organização das mulheres em movimentos próprios e específicos “de mulheres” é fundamental.

Muitas pessoas pensam que o feminismo é o oposto de *machismo*. O que é um erro! O machismo se sustenta na ideia de que os homens são “superiores” às mulheres, que são mais fortes, mais inteligentes e mais capacitados em tudo, e que por isso as mulheres deveriam ser submissas a eles.

Já o feminismo se baseia na ideia de que as mulheres devem ser social, econômica e politicamente iguais aos homens e ter os mesmos direitos e oportunidades. O feminismo não defende uma superioridade das mulheres sobre os homens!

Também é importante entendermos que o feminismo não é um movimento contra os homens, mas sim contra o machismo e toda forma de opressão, dominação e discriminação contra as mulheres.

O que significa que feminista não é aquela mulher que quer mandar nos homens, que é “machona”, durona. **Feministas** são mulheres (e às vezes alguns homens) que, no seu dia-a-dia (na família, no trabalho, nas amizades) ou nos movimentos sociais, agem ou lutam pelos direitos, igualdade, liberdade e autonomia das mulheres. Que entendem que as mulheres são – e devem ser – donas da sua própria vida, do seu corpo, da sua liderança.





Tá! Mas porque essa frase, “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*”, é tão importante para o feminismo?

Porque ela ajudou muitas feministas a entenderem como se constroem e se mantêm os processos de opressão e exploração das mulheres e as relações de desigualdade entre mulheres e homens na sociedade – as chamadas “desigualdades de gênero”. Entendendo essas relações, as mulheres, organizadas em seus movimentos, podem melhor lutar contra elas.

Além disso, esta frase e o livro em que ela foi escrita (O Segundo sexo), foi fundamental para que se desenvolvesse o que se chama hoje “conceito de gênero”. Ele é utilizado para entender as relações sociais de desigualdade entre mulheres e homens, e até mesmo entre mulheres e mulheres e entre homens e homens.

Vamos conversar um pouquinho sobre isto?

*Mas o feminismo é, acima de tudo, um movimento social!
Mais precisamente, um movimento **de mulheres**! Organizado
pelas mulheres e para as mulheres!*

Mas afinal, o que é gênero?

De um modo bem simples, podemos entender gênero como o modo de definir o MASCULINO e o FEMININO na sociedade.

Lembram que na escola, quando estudamos gramática, aprendemos sobre o uso dos artigos “A” para definir o feminino e “O” para o masculino? Isto independente de se tratar de pessoas, coisas ou bichos?

Pois é, é mais ou menos por aí... Mas não é só isso. Complicando um pouquinho, podemos dizer que gênero é a “construção social” dos sexos.

Construção social dos sexos? O que quer dizer isso?

Vamos pensar... Como sabemos o sexo de um bebê? Não é só de olhar, é? Se o bebê estiver vestido com uma roupa “neutra” (verde ou branca, sem detalhes) e não usar nenhum acessório (como brinco ou enfeites), vamos chegar e perguntar: “é menina ou menino”? Mas se vemos um bebê sem roupa, fica fácil, não é? Identificamos o seu sexo pelos genitais: No caso das meninas, pela vagina; no caso dos meninos, pelo pênis.

Vamos fazer um exercício para entendermos melhor esta questão?

Exercício: Peguem uma cartolina ou folha de papel madeira e a dividam em duas colunas. Em uma delas, escrevam MULHERES, e na outra, HOMENS. Em seguida listem, abaixo da palavra mulheres, todas as características **físicas sexuais** pelas quais identificamos uma mulher. E abaixo da palavra homens as que usamos para definir os homens. Sigam o exemplo...



Características físico-sexuais	
Das mulheres	Dos Homens
Vagina	Pênis

Essas características que se referem ao nosso “sexo biológico”. São características com as quais nascemos ou desenvolvemos à medida que crescemos. Sim, porque mulheres não nascem com seios, nem homens com barba. Certo? Essas características se desenvolvem na puberdade.

Puberdade é uma fase da nossa vida que acontece geralmente entre os 10 e 13 anos nas meninas e entre 12 e 14 anos nos meninos, e quando ocorrem mudanças importantes no nosso corpo, como a mudança de voz nos meninos e o desenvolvimento dos seios e a menstruação nas meninas.

Mas... e essa história hoje de homem virar mulher e mulher virar homem através de cirurgia? É verdade?

É sim Claudene. Mas antes de tratar desta questão, vamos entender um pouco mais sobre o que é gênero, pois isto ajudará a entendermos como é possível hoje mudar de sexo...

Ao nascermos, não somos ainda **mulher** ou **homem** no seu sentido *social*. Somos, como os outros animais, apenas “machos” e “fêmeas”. Ou seja, nascemos com um sexo biológico, cujas características físicas estão marcadas em nossos corpos.

É na sociedade que “aprendemos” a ser homem e ser mulher, que adquirimos um GÊNERO, aprendendo a agir de um modo *feminino* ou *masculino*. Este “modo de



ser” feminino ou masculino é ditado pela sociedade, que impõe **normas** de gênero, determinando como mulheres e homens devem ser e/ou se comportar.

Isto começa antes mesmo da gente nascer. Por exemplo, quando se escolhe um enxoval “rosa” para menina e “azul” para menino. O nome que nos dão também influencia nesse aprendizado. Ter o nome de João, Pedro ou William é bem diferente de ser chamada de Maria, Tereza ou Suellen, não é?

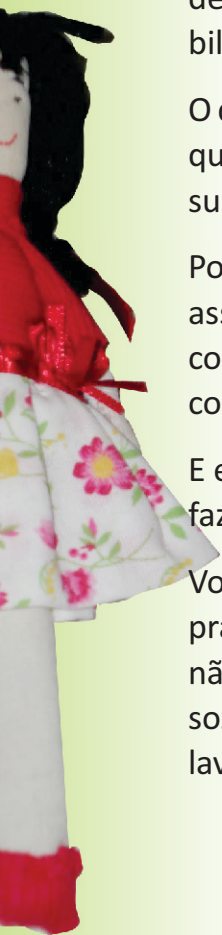
Também são diferentes os presentes que nos dão quando crianças. As meninas geralmente ganham bonecas, fogõezinhos, panelas, estojos de maquiagem... Todos de brincar em **casa** – prestaram atenção? E os meninos? Eles ganham bola, carrinho, bila, pipa, baladeira... Todos de brincar **fora** de casa!

O que se aprende com isso? Que a casa, o espaço doméstico, é o lugar das mulheres e que arrumá-la, cuidar dos bebês, das pessoas mais velhas e das que estão doentes é sua obrigação.

Por outro lado, ensina-se que o espaço da “rua”, do público, é próprio dos homens, assim como o trabalho do roçado grande (que é pra venda). E que ir pra rua, comercializar ou comprar produtos, tratar de assuntos no banco ou no sindicato é coisa de homem.

E ensina mais: que os homens não podem fazer o que mulher faz, nem as mulheres fazerem o que homem faz. Não é assim?

Vocês já tinham pensado nisso? Então, pensem agora: Que outras coisas nos ensinam pra gente aprender a ser homem e ser mulher? Quais as consequências para quem não segue essas normas? Por exemplo: se mulheres frequentarem bares ou viajarem sozinhas, como a sociedade as trata? E se homens fizerem trabalhos de casa, como lavar louça e varrer a casa, o que se diz deles?



Mas não são apenas as normas que ajudam a construir os homens e as mulheres. Tem também as **idéias** sobre como são e devem ser mulheres e homens.

Exercício: Pensem e listem quais são as principais características no “jeito de ser” que se usa para definir como é ou age uma mulher e como é ou age um homem?

Características esperadas no “jeito de ser”...	
Das mulheres	Dos Homens

Nem sempre, mas geralmente as pessoas pensam assim:

Mulher: Carinhosa, cuidadosa, romântica, atenciosa, guerreira, batalhadora, mas também sentimental, que age pelas emoções, vaidosa, fútil, etc.

Homem: Forte, agressivo, violento, macho, prático, racional (que age pela razão)...

Se observarmos bem essas características, veremos que mulher e homem, feminino e masculino, são retratados como opostos e, ao mesmo tempo, como complementares. Isto é, como se um ser (a mulher) complementasse o outro (o homem). Sim, porque o homem ainda é visto por muitas pessoas como o elemento central da sociedade. Algumas pensam que ele seria “o cabeça” da família, da comunidade, da sociedade e a mulher apenas o seu “complemento” nessa tarefa.

Porque será que isto acontece? Vocês já pensaram? Pois pensem! Porque a gente vai conversar sobre isto no nosso próximo encontro...



2ª RODA DE CONVERSA – GÊNERO E PATRIARCADO: ENTENDENDO O PORQUE DAS DESIGUALDADES

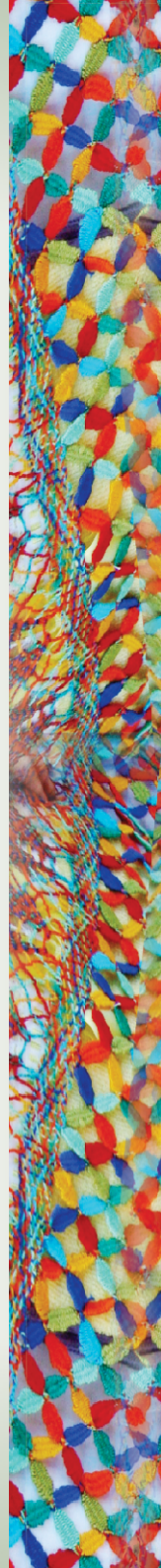
Como já foi dito, o gênero – o jeito de ser masculino e feminino – são uma “construção social”, ou seja, uma construção da sociedade, portanto, uma construção nossa. Afinal, nós fazemos parte da sociedade, não é?

Mas para que servem os gêneros? Será somente para a gente diferenciar os sexos? Para isso, a diferenciação entre macho e fêmea não seria bastante?

Se prestarmos atenção, a divisão dos sexos em dois gêneros traz consigo uma hierarquia. Nesta hierarquia, o masculino vale mais que o feminino, o homem vale mais que a mulher. Por exemplo: o trabalho dos homens geralmente é considerado mais importante e por isso é melhor remunerado do que o da mulher; a palavra do homem costuma valer mais que a da mulher; os homens são mais respeitados na política e no comércio e em quase todas as religiões, a figura do homem é mais importante. Na família, embora ocorram exceções, as principais decisões costumam ser tomadas pelo homem ou ele tem pelo menos a palavra final. Não é assim?

Hierarquia é a classificação de elementos por ordem de poder e valor. Tudo que é considerado de maior “valor” (sejam coisas, lugares, pessoas, etc.) é colocado acima dos demais.

O que isso significa? Que na nossa sociedade há uma desigualdade de poder, prestígio e autoridade entre mulheres e homens. Há, portanto, *desigualdade nas relações de gênero*, onde as mulheres, quase sempre, saem perdendo.





Sendo assim, pode-se dizer que a diferenciação das pessoas em dois gêneros (o masculino “valendo mais”), é útil para manter as mulheres sob a **dominação** dos homens, isto é, a “dominação patriarcal”...



Dominação o que?! Patriarcal? Que diabo é isso?

Patriarcal Idalina, se refere ao **patriarcado**, que é um sistema de poder baseado na ideia de que os homens são superiores às mulheres, tendo por isso autoridade e poder sobre elas.

Sistema – É um conjunto de elementos organizados e interligados, que agem conjuntamente para atingir um objetivo. Um sistema social (como o patriarcado) é constituído por leis, normas, costumes, culturas, ideias, que organizam e direcionam determinada sociedade.

Sendo um sistema, o patriarcado se utiliza de vários organismos e instituições da sociedade – da economia, da política, das religiões, da família, das leis, da escola, da cultura, das tradições – para garantir a dominação dos homens sobre as mulheres.

Vamos ver alguns exemplos: Nas religiões, os grandes chefes das igrejas são homens; na política, os governantes e parlamentares são quase todos homens; na economia, os donos das maiores empresas do mundo são homens; em muitos países, as leis asseguram poder total sobre a família e as mulheres; e em outros países, onde as leis já mudaram (por luta das mulheres), os costumes e tradições ainda asseguram maior poder aos homens que às mulheres.

Por estar presente em todos os âmbitos da sociedade, o patriarcado se “naturaliza”, ou seja, *parece* natural, como se sempre tivesse existido. Mas na verdade, ele é uma criação dos homens para dominar as mulheres.





Estando em todos os espaços, o patriarcado está também nas nossas ideias, no nosso modo de pensar, mesmo quando não percebemos. Por exemplo, quando pensamos que uma mulher não pode ou não deve fazer algo porque é mulher, quando se diz que tem mulher que gosta de apanhar, que mulher não entende de política, que as mulheres só se realizam quando se casam com um homem e se tornam mães, estamos pensando ***pa-tri-ar-cal-men-te***.

Sim, porque essas são ideias patriarcais, que servem para controlar as mulheres e impedir que façam o que quiserem e escolham os rumos de sua vida.

O poder patriarcal não age apenas sobre as mulheres, age também sobre os homens.

Como assim? O patriarcado não é o poder dos homens sobre as mulheres?

É sim Tânia. Mas para funcionar plenamente ele tem que agir também sobre os homens, para que eles sejam e ajam como se espera de um “Homem”. Esse homem (com H maiúsculo, como se diz) não deve chorar nem se emocionar, não deve levar desaforo pra casa, nem fazer “trabalho de mulher”. Ou seja, não deve fazer nada que se refira ao chamado “mundo feminino”.

Isto funciona no dia-a-dia, geralmente sem a gente perceber. Por exemplo: quando se chama um menino que chora de “mulherzinha” ou um homem que divide o trabalho de casa com sua companheira de “barriga branca”, é o patriarcado agindo sobre os homens, através de nossas ideias, pensamentos, sentimentos e atitudes.

Mas importante!

No caso dos homens, o patriarcado age oprimindo-os, impedindo ou dificultando que eles ajam como se sentirem melhor. Mas todos os homens, querendo ou não, se beneficiam do patriarcado. Desde crianças, e na vida adulta, eles tem mais





liberdade que as mulheres; em muitos trabalhos, ganham mais que as mulheres; são maioria absoluta nos cargos políticos; são donos das maiores empresas do mundo (portanto, são os mais ricos) e ocupam a maioria dos cargos de chefia, tanto no setor privado como nos serviços públicos.

Já com as mulheres, além da opressão, o patriarcado gera discriminações, que por sua vez resultam em desigualdades e injustiças. É para combater o patriarcado que existe o feminismo e os movimentos feministas. Através deles, buscamos transformar mulheres e homens e construir novas relações de gênero.

Opressão – Ato de oprimir, pressionar ou provocar aflição a alguém. A opressão faz com que as pessoas se sintam reprimidas, humilhadas, não conseguindo fazer o que precisam ou gostariam de fazer. A opressão pode ocorrer por parte de pessoas, organizações ou pelo Estado.

Discriminação – A discriminação geralmente ocorre a partir do preconceito, ou seja, da ideia “pre-concebida” que formulamos sobre alguém. Mas a discriminação **AÇÃO** é mais profunda que o preconceito, pois implica na *ação* de excluir, restringir ou impedir alguém de ter acesso a direitos e/ou exercer a liberdade. A discriminação pode ocorrer com base no sexo, no gênero, na raça, na cor da pele, na origem, na orientação sexual, na classe, na religião, na idade, na deficiência etc.

Graças ao feminismo e aos movimentos de mulheres, muita coisa já mudou na relação entre mulheres e homens. Vamos pensar sobre essas mudanças?

Exercício: Em um quadro ou cartazes, organizem uma planilha como a que está abaixo. Reflitam e listem: Como eram “antigamente” e como são “hoje” as relações entre mulheres e homens? O que mulheres e homens faziam antes que hoje fazem diferente? E o que permanece igual?

Como agiam antigamente?		Como agem hoje?		Comentários (o que pensa sobre isso?)
Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	

Certamente vocês verão que muita coisa mudou, mas que outras continuam iguais ou mudaram pouco. Hoje, muitas mulheres fazem coisas que antes não podiam fazer: dirigir carros, jogar futebol, pilotar avião, presidir associações e sindicatos, e até presidir um país, como é o caso do Brasil e alguns outros.

Por conta dessas mudanças, parte da sociedade acredita que o patriarcado não existe mais, e que as mulheres hoje já alcançaram a plena igualdade com os homens. Há até quem pense que as mulheres hoje tem “liberdade demais”! Ora, liberdade nunca pode ser demais. Ela precisa apenas ser exercida com responsabilidade, seja por mulheres ou por homens.

Além disso, se lançarmos um olhar mais atento para a sociedade veremos que a igualdade entre mulheres e homens ainda não foi alcançada. Mulheres ainda ganham menos que os homens realizando o mesmo trabalho; as mulheres são minorias nos cargos de poder, sejam eles políticos ou econômicos; mulheres são violentadas (das mais diversas formas) diariamente por homens que pensam serem seus donos; a imagem da mulher é usada para vender qualquer produto, da caneta à cerveja e ao carro; meninas são abusadas ou exploradas sexualmente todo dia por pais, padrastos, tios, primos, irmãos.

Ou seja, o feminismo ainda tem muito pelo que lutar para conquistar a igualdade!

3ª RODA DE CONVERSA – GÊNERO, PATRIARCADO E SEXUALIDADE

Para manter o domínio dos homens sobre as mulheres, o patriarcado age de muitas formas e em todos os âmbitos das nossas vidas: é no trabalho, na política, na família, na escola, nas relações afetivas e amorosas, nas relações entre gerações, nas relações raciais e até na vida sexual das pessoas. Sabiam?

Pois é, mas para pensarmos sobre como o patriarcado interfere na nossa vida sexual, devemos entender algo muito importante: sexualidade e sexo não são a mesma coisa! Sexo se refere ao ato sexual em si, transar. Animais fazem sexo (para se reproduzir), mas os seres humanos, além de fazerem sexo, exercem sua sexualidade, que pode ou não envolver o ato sexual.

Espera aí! A gente pode exercer a sexualidade sem fazer sexo? Como é isso?

Sim Fatinha! A sexualidade é algo que está em nós, no nosso EU, e independe de fazermos sexo ou não. Ela envolve nossos desejos, emoções, sentimentos, interesses, experiências, afetos e muitas outras coisas.

A sexualidade diz respeito à forma como lidamos com as nossas sensações e o nosso corpo, **inteiro**, e não apenas os genitais – vagina e pênis.

Ela pode se referir a uma relação entre pessoas, em que pode rolar beijos, abraços, carícias, toques, cheiros... e sexo! Mas também pode ser exercida sozinha, quando a gente se toca, se acaricia, descobre o nosso corpo, nossos desejos e o que nos dá prazer.

Pode ser estranho, mas o patriarcado interfere muito na forma como vivenciamos a sexualidade. Desde crianças, meninas e meninos recebem





estímulos diferentes sobre como lidar com o corpo. Os meninos são estimulados a andarem nus, as pessoas brincam com seus genitais dizendo coisas como “cadê a pintinha do papai”? Se um menino faz xixi no rosto do pai, então, é uma festa, não é?

Mas com as meninas, como é? Meninas tem que andar sempre vestidas, não podem se sentar de pernas abertas que já vem alguém pra dizer: “Fecha essas pernas menina”! Não é assim? Seus genitais são tratados como algo a ser encoberto, escondido.

O que vocês acham que fica no inconsciente das meninas quando percebem (ou só vivenciam) que os órgãos sexuais dos meninos são motivo de alegria e orgulho, que são elogiados, mostrados, enquanto os delas devem ser cobertos, “resguardados”, escondidos? Alguma coisa se ruim fica aí, não fica não?

Além disso, na adolescência, os garotos são estimulados a fazerem sexo. E quando isto acontece, é comemorado por ele, pelos outros meninos e pelos homens adultos como um acontecimento muito importante. “Ele virou homem”. Já com as garotas, embora hoje já haja algumas mudanças (principalmente nas cidades), se elas fizerem sexo sem serem casadas, muitas ainda são consideradas “perdidas” ou vistas como “fáceis” e por isso, todos os homens podem tê-las.

Isto tudo influencia no nosso jeito de ser e também no modo como vivenciamos nossa sexualidade. Vamos pensar um pouquinho sobre isto? Mas vamos pensar a partir de nossas próprias experiências?

Exercício: Tente lembrar algum momento da sua vida (na infância, adolescência, juventude ou vida adulta) em que os padrões de gênero e/ou as ideias e normas patriarcais atuaram reprimindo ou estimulando algo relacionado à sua sexualidade, a

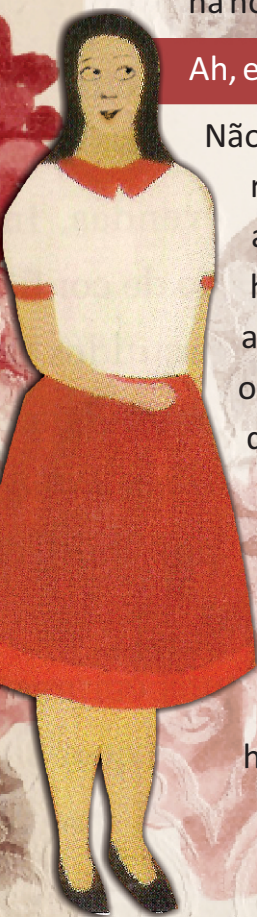
forma de lidar com seu corpo, seus desejos e afetos. Em seguida, numa folha de papel em branco, com lápis de cera faça um desenho que expresse este momento da sua vida e o que você sentiu ou sente até hoje. Certamente você lembrará de alguma experiência assim, pois estas ideias estão presentes na nossa sociedade, na busca de determinar como devemos ou não lidar com nosso corpo, vivenciar nossa sexualidade e desejos.

Uma ideia patriarcal muito presente na nossa sociedade e que interfere diretamente na nossa sexualidade, é aquela que se refere à “orientação” sexual.

Ah, eu já ouvi falar sobre isso. Tem a ver com ser gay e lésbica, não é?

Não só Antonia! Se refere à sexualidade de todas as pessoas. Orientação sexual diz respeito ao desejo ou à atração que sentimos por outras pessoas. Quando esta atração é por alguém do sexo oposto (uma mulher que se sente atraída por um homem ou vice-versa), diz-se que sua orientação é **heterossexual**. Quando a atração é por uma pessoa do mesmo sexo (uma mulher atraída por outra mulher ou um homem por outro homem) diz-se que sua orientação é **homossexual**. E quando alguém sente atração tanto por homens como por mulheres, diz-se que ela é **bissexual**.

O patriarcado interfere nessas “orientações” porque, para ele se manter, é fundamental que predomine a heterossexualidade, assegurando assim o controle dos homens sobre a sexualidade e de reprodução das mulheres. Para isso, a ideologia patriarcal nos diz que apenas os relacionamentos heterossexuais (homem-mulher) são normais, naturais e corretos.



Com a imposição da heterossexualidade como “norma” e como única opção possível se se viver a sexualidade, quem não é heterossexual sofre preconceitos, opressões, discriminações, agressões físicas e perseguições. É a chamada “homofobia”, que significa a rejeição e o ódio às pessoas homossexuais.

Outra questão importante de entendermos é que orientação sexual não é o mesmo que identidade de gênero e nem sempre uma coincide com a outra...

Como é? Explica isso direito, porque agora tá dando é um nó no meu juízo...

Lembram quando conversamos sobre a diferença entre ser mulher e ser fêmea, entre ser macho e ser homem? Pois é, o fato de uma pessoa nascer “fêmea” não significa que ela seja subjetivamente (no seu interior, no seu EU) uma mulher. Desde os tempos mais antigos, sempre houve “mulheres” (fêmeas) que se sentem homens e “homens” (machos) que se sentem mulheres. Esse “sentir-se” faz com que algumas mulheres prefiram se vestir e agir como se espera dos homens. E homens que agem e se vestem como se espera das mulheres.

E hoje, com o avanço da ciência e das tecnologias, é possível sim fazer cirurgias para mudar de sexo, fazendo uma vagina no corpo de um homem ou um pênis no corpo de uma mulher. E são usados hormônios artificiais para deixar as fêmeas mais masculinas (com barba, pelos no corpo, voz grossa etc.) e machos mais femininos (com voz fina, perda de pelos, feições mais suaves etc.).

Hormônios são substâncias químicas, naturalmente produzidas pelo organismo humano, responsáveis pelo crescimento, o desenvolvimento, a reprodução e as características sexuais das pessoas. Hoje, com o avanço da ciência, eles podem ser produzidos em laboratório.



Isto, porém, não determina sua orientação sexual. Ou seja, uma mulher que “virou” homem pode preferir se relacionar com homens. E um homem que virou mulher, pode gostar de se relacionar com mulheres. Isto ocorre porque não é o corpo nem o sexo, nem o nosso modo de vestir que definem nossos desejos, sentimentos e emoções.

Pode parecer confuso. Mas a confusão diminui se a gente entender e, sobretudo, **respeitar** o fato de que a sexualidade é a expressão de nossos desejos e/ou de nossas emoções e que ela se constrói na relação com outros indivíduos. A sexualidade não está presa a normas e regras, por isso, não há uma única forma, boa ou correta de vivenciá-la.

Como diz a música do cantor Caetano Veloso, cada pessoa “sabe a dor e a delícia de **ser o que é**”. Sendo assim, as diversas formas de se viver a sexualidade devem e precisam ser respeitadas e reconhecidas como um direito. Isto, independente de ser vivida entre mulheres e homens, entre homens e homens, mulheres e mulheres, entre pessoas jovens e mais velhas ou entre pessoas negras e brancas...



Ah, mas isto aí também não é bem aceito por todo mundo, não, viu! Meu pai, por exemplo, não aceita a gente namorar uma pessoa negra, não!

Esta é uma questão de outra ordem, Tânia, e muito séria. Para tratar dela, precisamos refletir e conversar com calma sobre um tema muito importante: o **racismo**. Mas isto fica para o nosso próximo encontro. Certo?

4ª RODA DE CONVERSA – GÊNERO, RAÇA E CLASSE: DESATANDO OS NÓS DAS DESIGUALDADES

Já foi dito aqui que o patriarcado e as relações de gênero interferem em todas as dimensões da vida da gente, não é? Pois eles interferem também nas questões raciais, sobretudo, em países como o Brasil, onde o racismo ainda é muito forte.

Mas existe mesmo racismo? Eu ouvi na televisão que não existem raças diferentes, mas apenas uma: a raça humana. Não é assim?

É... E não é, Mariana! Se considerarmos apenas a nossa biologia, de fato, somos tão semelhantes que não dá pra nos separar em raças. Mas ninguém identifica as pessoas pelo sangue, não é? É pela aparência física, social e cultural (pelas vestimentas, modos de falar etc.). Por isso, do ponto vista social, cultural e político, a ideia de raça existe sim e é muito usada para definir as pessoas. E o pior: para discriminar pessoas!

A ideia de raça foi criada há milhares de anos para justificar a suposta superioridade de alguns povos sobre outros e com isso justificar a discriminação, dominação e exploração de um povo por outro – o que configura o *racismo*.

Como o patriarcado, o **racismo** é um sistema de dominação, construído social e culturalmente ao longo da história. E está presente em toda a sociedade – na economia, na política, nas ciências, no campo jurídico, social, cultural e religioso.



A forma mais frequente de racismo é aquela que considera as pessoas brancas ou de pele clara, melhores e superiores às pessoas negras ou de pele mais escura. A ciência e algumas religiões contribuíram muito para este tipo de racismo. A ciência, afirmando que as pessoas negras e os povos indígenas não tinham a mesma capacidade de inteligência que as pessoas brancas; e as religiões, afirmando que essas pessoas não “tinham alma”.

Hoje a gente sabe que isso tudo não passava de preconceito e justificativa para se discriminar e explorar outras pessoas, como ocorreu através da escravidão dos povos africanos pelos países das Américas (entre os quais o Brasil) e da Europa.

O racismo – a discriminação de pessoas pela cor de sua pele, seu tipo de cabelo, traços físicos e elementos culturais –, está na base da formação da sociedade brasileira e também atua no nosso modo de pensar e compreender o mundo.

Por exemplo, quando associamos uma pessoa negra ou um objeto preto a algo ruim, estamos pensando de forma racista; quando olhamos um garoto negro e vemos nele um futuro marginal ou alguém mal sucedido na vida, estamos pensando de modo racista; quando olhamos uma garota branca que trabalha de doméstica e pensamos que “ela merecia algo melhor”, estamos sendo racistas, pois por trás desta ideia está aquela de que o emprego doméstico (que é desvalorizado e mal remunerado) é função das negras e não das brancas. Quando vemos uma pessoa negra bem sucedida, honesta e capacitada e dizemos que ela tem “alma branca”, estamos sendo racistas, pois isto significa dizer que a alma das pessoas negras é ruim e a das pessoas brancas é boa.

Ora, “alma não tem cor”! Isto é racismo! E o racismo traz profundas consequências para quem tem a pele escura. E também algumas para quem tem a pele branca...





Como assim? O racismo também tem consequências para as pessoas brancas?

Tem sim! Sempre que uma pessoa negra é discriminada, as pessoas brancas são automaticamente privilegiadas, pois todo ato de racismo se baseia e, ao mesmo tempo reforça, a ideia de superioridade de quem tem a pele clara. E isto tem consequências, geralmente positivas, para elas. Vamos pensar sobre isto?

Exercício: Quais os pensamentos e dizeres preconceituosos presentes no dia-a-dia com relação às pessoas negras? Quais as consequências disso para vida dessas pessoas? E na vida das pessoas brancas, quais as consequências?

Pensamentos e ditados populares preconceituosos/racistas	Consequencias (negativas ou positivas)	
	Na vida das pessoas negras	Na vida das pessoas brancas

Se este exercício for feito com honestidade e sinceridade, deixando vir à tona todos os pensamentos e sentimentos em relação a estas questões, veremos que o racismo – mesmo sem a gente querer – está presente em nós, no nosso dia-a-dia, no nosso modo de pensar, de sentir e de agir.

Podemos ver como ele beneficia quem tem a pele clara, pois sempre que se desqualifica uma característica física, social ou cultural das pessoas negras e indígenas, está se enaltecendo as características das pessoas brancas.

E, sobretudo, poderemos ver como ele é prejudicial às pessoas negras. Ditos populares como “negro não presta”, “negro parece macaco”, negro tem cabelo “pinxaim”, e muitos outros, tem grande impacto na vida das pessoas negras. Eles diminuem sua autoconfiança, deixando marcas psicológicas e emocionais muito fortes. Por isso o racismo é uma das formas mais perversas de violência – porque ele agride a alma.





Ah, isso verdade. Eu já vivi o racismo na pele, e sei como dói a gente ser discriminada por ser o que a gente é: negra!

Além disso, o racismo age de modo bem objetivo: discriminando e impedindo pessoas negras ou não-brancas de conseguir bons trabalhos, de se desenvolver nos estudos, de prosperar na vida. Ao mesmo tempo em que privilegia quem tem a pele “clara”, o cabelo “liso” ou traços “afilados”.

Estudos mostram que pessoas brancas têm mais facilidade de conseguir emprego, pois se encaixam no perfil de “boa aparência”; detêm a maior parte da riqueza do mundo e têm muito mais chances de entrar numa universidade. Por outro lado, nas cidades, os jovens negros são praticamente exterminados nas situações de violência em contexto urbano; as mulheres negras sofrem mais violência que as brancas; e nos hospitais, em alguns estados brasileiros, as mortes maternas são até sete vezes maiores entre as mulheres negras do que entre as brancas.

Mas importante!

As causas dessas desigualdades não estão nas pessoas negras, e sim no racismo, que discrimina e exclui as pessoas negras. E mais: o racismo não é um “ente” que paira sobre nós ou fora de nós. Ele é pensamento, é sentimento e é atitude de pessoas! Ou seja, resulta do que pensamos, do que sentimos e de como agimos no mundo.

Noutras palavras, o racismo existe em nós e através de nós. E reconhecer isto é o primeiro passo para combatê-lo e construirmos um mundo de igualdade e justiça, independente da cor, da “raça”, da cultura ou das origens de cada pessoa.

O **capitalismo** é um sistema de produção e mercado que se baseia na propriedade privada da produção, tendo sobre eles todo o poder. Ele se baseia também na exploração da força de trabalho (proprietária dos meios de produção); na acumulação do capital (dinheiro e bens); e na livre concorrência dos negócios”. Mas o capitalismo também é um sistema de organização da sociedade, que tem como base a mercadoria: as coisas, as pessoas, os animais, as plantas e até mesmos os direitos e os sonhos.





Mas o que patriarcado e gênero tem a ver com racismo?

Muito! Se, no geral, as mulheres são oprimidas e discriminadas, as negras e indígenas são muito mais. Na colonização do Brasil, por exemplo, as mulheres índias e depois as negras escravizadas da África, foram brutalmente violentadas pelos homens – principalmente os brancos donos de terras e pessoas escravizadas.

O pensamento racista criou e reproduz até hoje a imagem das mulheres negras como fortes e “pau pra toda obra”, que aguentam tudo e todo tipo de trabalho. Com isto, as mulheres negras são as mais exploradas e fazem os trabalhos mais pesados. Além disso, a ideologia racista, junto com a ideologia patriarcal, criou uma imagem sexualizada das mulheres negras como “ardentes” e “fogosas” e que, por isso, estariam sempre disponíveis sexualmente para todos os homens.

O que não é verdade, nós sabemos. Mas por conta disso, as mulheres negras (pretas e pardas) ou de origem indígena são as mais exploradas sexualmente e são maioria entre as mulheres traficadas para outros países – tanto para a exploração sexual (através da prostituição forçada) como para outros trabalhos.

Ou seja, com a soma RACISMO + PATRIARCADO, tem-se uma dupla discriminação e opressão das mulheres negras e indígenas. E com a soma RACISMO + PATRIARCADO + CAPITALISMO, a discriminação se junta à exploração: as mulheres negras e indígenas são as mais exploradas no trabalho formal e informal – principalmente no trabalho doméstico –, ficando sem proteção social (direitos) e sendo mal remuneradas.

A situação das mulheres no trabalho, seja em casa ou fora dela, é uma questão milenar. Mas essa discussão fica para a nossa próxima conversa...

a dos meios de produção. Ou seja, alguém ou algumas pessoas são “donas” dos meios de trabalho da maioria da população (que não é dona dos meios de produção) por uma minoria concorrência no mercado – vence (ou vende) quem tiver mais esperteza, mais “capacidade pros como princípios o individualismo, a competição e o consumismo. No capitalismo tudo pode ser s. Tudo se pode vender, tudo se pode comprar. Nele, o dinheiro é o bem mais precioso.



5ª RODA DE CONVERSA – GÊNERO E TRABALHO

Para comermos esta conversa, convido vocês para um pequeno exercício: Numa folha de papel, listem tudo que vocês realizaram hoje, até este momento. É importante listar tudo, desde o acordar, escovar dentes, tomar café... Tudo!

Neste exercício, geralmente percebemos o tanto de trabalho as mulheres realizam no dia-a-dia. Sim, porque se pensarmos bem, todas as atividades que fazemos é trabalho, pois trabalho é tudo aquilo que realizamos para a nossa **reprodução** – seja ele feito em casa ou fora dela.

É trabalho a atividade que realizamos nas fábricas para produzir roupas, calçados, móveis etc.; nas indústrias para produzir carros, máquinas, televisões, celulares etc; o que realizamos no campo para produzir alimentos – arroz, feijão, milho, criação de animais. E também é trabalho o que realizamos em casa: lavar e passar roupa, cozinhar, limpar, lavar louça, cuidar das pessoas.

Tudo é trabalho. Mas a nossa sociedade, machista e patriarcal, costuma não considerar trabalho o que fazemos em casa, assim como costuma desvalorizar todo trabalho realizado pelas mulheres.

O feminismo vem denunciando há tempos esta desvalorização e “invisibilização” do trabalho das mulheres. Através de estudos feministas, vem se mostrando que desde o princípio da história, as mulheres trabalham e tiveram participação direta na construção das sociedades. Foram as mulheres, por exemplo, que desenvolveram a agricultura e a domesticação e criação de animais para o consumo. Mas isto é invisibilizado pela História formal, escrita pelos homens, assim como até hoje é invisibilizado o trabalho das mulheres agricultoras.

Uma forma de invisibilizar o trabalho das mulheres é através da falsa ideia de que há uma rígida “divisão sexual” do trabalho entre mulheres e homens, atribuindo-se às mulheres e aos homens determinadas funções e responsabilidades.

Mas a nossa sociedade é assim, não é? Tem trabalho de homem e trabalho de mulher...

Será que é assim mesmo, Francisca? Vamos pensar...?

Exercício: Peguem duas cartolinas ou folhas de papel madeira. Numa, listem tudo que vocês consideram “trabalho de mulher”, e na outra, o que consideram “trabalho de homem”.

Trabalho de Mulher	Trabalho de Homem

Depois, para cada atividade atribuída como responsabilidade das mulheres, façam a seguinte pergunta: Tem homem que faz ou pode fazer isto? Exemplo: Tem homem que varre a casa? Que lava a louça? Que cuida das crianças?

Façam isto com todas as atividades e também o inverso, ou seja, perguntem se tem mulheres que fazem as atividades atribuídas aos homens.

Vocês verão que todas as atividades podem e muitas vezes são feitas tanto por mulheres como por homens. E, a depender da sociedade ou, às vezes, dos



costumes de um lugar, o que é considerado trabalho de homem numa localidade pode ser de responsabilidade das mulheres em outra. No Sul e Sudeste do Brasil, por exemplo, ordenhar vacas é “trabalho de mulher”. Já no Nordeste, geralmente isso é feito pelos homens.

Ora, se esta divisão “sexual” do trabalho muda tão facilmente, de uma sociedade para outra e até de uma comunidade para outra, é porque ela **não é natural**. É uma invenção patriarcal para manter a dominação sobre as mulheres.

Sim, porque se prestarmos atenção, o trabalho doméstico, chamado “reprodutivo” e que é feito em casa, é atribuído às mulheres. E o chamado trabalho “produtivo”, que gera renda e geralmente é feito fora de casa, é atribuído ao homens. Com isso, reforça-se a ideia de que o *mundo público*, o mundo da *rua*, é dos homens; e o *mundo privado*, da casa, da família, é das mulheres – mas só em parte, porque muitas vezes, na casa, também são os homens que “mandam”. Não é?

Essa divisão da sociedade em dois mundos (*público x privado; dentro de casa x fora de casa*) é falsa, mas funciona para manter a opressão das mulheres, bem como a exploração de sua mão de obra – uma vez que o trabalho doméstico é considerado como uma obrigação e uma aptidão “natural” das mulheres.

Esta divisão também é útil para manter as mulheres fora do mundo da política, lugar onde são tomadas as principais decisões sobre os rumos da sociedade e onde se luta pela conquista e pela efetivação de direitos.

Já pensaram sobre isto? Pois este será o tema da nossa próxima conversa...



6ª RODA DE CONVERSA – MULHERES E POLÍTICA

Ao contrário do que muita gente pensa, a política não se reduz aos partidos políticos e processos eleitorais. Ela se refere às relações entre as pessoas e grupos, sendo fundamental para organizar a vida em comum, ou seja, a vida em sociedade.

A política é o meio pelo qual os indivíduos e, sobretudo, o grupos sociais constroem e transformam o mundo a partir das idéias, dos sonhos e imaginação.

No modo de pensar patriarcal, a política é feita apenas na RUA, no espaço PÚBLICO, lugar considerado dos homens e de onde as mulheres tem sido historicamente excluídas. Mas para o feminismo, a política se faz em todo lugar e a qualquer momento: nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nos sindicatos, nos governos; e também em casa, no trabalho, na família, na igreja, e até nas relações de amizade e relações amorosas.

Desde os anos de 1970, os movimentos feministas afirmam que “o pessoal é político”, para dizer que o que acontece em casa ou na vida privada (as opressões, as violências, os abusos) precisa ser tratado no campo da política e do interesse público. Mas o feminismo também defende que as mulheres participem da política feita fora de casa, ou seja, nos espaços públicos, onde são tomadas decisões que interferem na vida de todo mundo.

E as mulheres participam! Hoje em dia as mulheres são maioria na chamada “base” dos movimentos sociais, sindicatos e partidos e estão à frente dos protestos e manifestações públicas. Porém, ainda são minoria nas direções das organizações e nos cargos políticos eletivos, tanto no Legislativo (Câmara Municipal, Assembleias Legislativas, Câmara Federal e Senado Federal) como no Executivo (prefeituras e governos estaduais – com exceção agora no Governo Federal, pois pela primeira vez temos uma mulher na presidência)

Eleições de 2010 – Mulheres e homens

Espaço político	Total de cargos	Homens eleitos	Mulheres eleitas
Senado Federal	54	46	8
Câmara Federal	513	468	45
Assembléias Estaduais Legislativas	1.035	902	133
Governos Estaduais	27	25	2
Total	1.629	1.441	188

Fonte: Cfemea-Centro Feminista de Estudos e Assessoria (www.cfemea.org.br)

Vixe! Como a desigualdade é grande. Mas porque isto acontece?

O que vocês acham? Vamos pensar sobre isto...?

Exercício: Peguem duas cartolinas ou folhas de papel madeira. Em uma, coloquem o que vocês pensam que motiva as mulheres ocuparem tão poucos cargos políticos. Na outra, porque os homens são maioria nesses cargos.

[illegible]

São muitas as razões pelas quais as mulheres são minoria nos cargos políticos, mas com certeza não é porque elas não gostem de política ou queiram ficar apenas no apoio. Na nossa sociedade, machista e patriarcal, há muitas formas de dificultar a participação das mulheres nos espaços de poder. Destacamos aqui pelo menos cinco delas:

1)A divisão sexual do trabalho, já comentada, que impõe às mulheres longas jornadas de trabalho – no emprego/trabalho, na vida política e no cotidiano doméstico. Isto deixa as mulheres sobrecarregadas e sem tempo para atuar mais intensamente na política e ocupar cargos ou funções importantes;

2)A cultura política patriarcal ou seja, os “jeitos” de se fazer política, muito agressivos e às vezes anti-éticos, presentes nos movimentos sociais, partidos políticos e casas legislativas, que não agrada à maioria das mulheres;

3)As representações sociais sobre mulheres e homens, isto é, a imagem predominante na nossa sociedade que reproduz a ideia de que as mulheres não gostam ou não estão preparadas para a política e de que os homens, estes sim, são aptos aos espaços públicos;

4)O conservadorismo patriarcal, racista e elitista presente no Senado e na Câmara Federal e demais casas legislativas, que barra as tentativas dos movimentos feministas de criar leis que promovam maior participação das mulheres nos espaços de representação política.

5)A formação de gênero, que educa as mulheres para a vida doméstica e não para a vida pública. Com isso, muitas mulheres se sentem tímidas, nervosas ou com medo nos espaços da política, principalmente se tiverem que falar em público.

Apesar dessas dificuldades e impedimentos, a cada dia as mulheres ocupam mais e mais os espaços políticos: movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos. Invadem ruas e praças fazendo manifestações, protestos, ocupações.

E é importante percebermos algo: ***ao fazerem política, as mulheres já estão mudando seu lugar na sociedade e, portanto, transformando as relações de gênero, pois a sociedade não espera isso delas.***

Mas para superar por completo as desigualdades de gênero, é preciso mais que isto. É preciso transformar os espaços tradicionais da política, superando a cultura machista presentes neles.

Precisa-se também transformar o espaço da casa, da família, das relações pessoais. Sem isso, as mulheres continuarão sobrecarregadas e impedidas de viver livremente a política. Sobretudo, as mulheres rurais, para quem o trabalho “de casa” e o trabalho “de fora” se misturam...

Já sabemos! Este assunto fica pra próxima conversa, não é?

7ª RODA DE CONVERSA – GÊNERO E TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Na agricultura familiar, como o próprio nome diz, o trabalho é feito pela família. Isto torna as relações de gênero nesse espaço mais complexas, porque junta relações familiares (e, portanto, afetivas) com relações de trabalho. E sempre que isto acontece – seja no campo ou na cidade –, costuma ser ruim para as mulheres.

É na família que a maioria das pessoas (pois nem todas tem uma família) estabelece os primeiros contatos com o mundo. É nela que aprendemos a falar, andar, comer, nos vestir e a nos relacionar com outras pessoas. E é na família que temos os primeiros aprendizados de como ser mulher e ser homem. Ali, os meninos são estimulados a imitarem os pais e as meninas a imitarem as mães.

Na agricultura familiar, parece natural que desde cedo os meninos aprendam com o pai a cuidar dos animais, a preparar a terra para o plantio, a fazer o plantio e cuidar da plantação. E as meninas? Aprendem com a mãe as tarefas de casa: varrer, lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças menores...

Ei! Não é bem assim, não! Lá em casa, mulher e menina também trabalham na roça: preparam a terra, plantam, limpam, colhem e selecionam e armazenam as sementes. E ainda cuidam dos animais: cabra, ovelha, porco e tudo que é tipo de ave...

Você tem razão Francisca. E isto comprova que a tal divisão sexual do trabalho não funciona tão bem como se diz. As mulheres do campo, além de trabalharem na produção do roçado, costumam fazer, sozinhas, o trabalho doméstico. E olha que muitas ainda

fazem artesanato. E, pra terem uma renda extra, várias tem um emprego de agente de saúde, merendeira ou professora.

Para completar, o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura costuma ser invisilizado, pois é visto apenas como “ajuda” e não como trabalho. Isto tem grande peso para as mulheres rurais que, além de não serem reconhecidas como agricultoras, são excluídas de direitos trabalhistas importantes.

Só muito recentemente, a partir da organização das mulheres rurais em movimentos, foi que as mulheres do campo começaram a se afirmar como trabalhadoras rurais ou agricultoras e assim reivindicar seus direitos.

Um pouco da história de organização das trabalhadoras rurais

O primeiro grupo organizado de mulheres rurais de que se tem registro, foi criado em 1982 em Guarabira, na Paraíba. No mesmo período, outros grupos se organizaram no Ceará, Pernambuco e Piauí. Estes grupos se articularam e juntos realizaram, em 1984, o I Encontro Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em João Pessoa-PB. A partir dali ampliaram a articulação com grupos de outros estados da região e criaram, em 1986, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste/MMTR-NE, que se mantém organizado até hoje.

Nas décadas de 1980 e 1990, nas diversas regiões do país, vários outros grupos de mulheres rurais foram se organizando. Entre eles a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais-ANMTR (que posteriormente passou a se chamar MMC-Movimento de Mulheres Camponesas) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB, na região Norte do país.

Esses movimentos, em especial o MMTR/NE, tiveram papel fundamental na realização do I Encontro de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, realizado em 1996, em Caucaia, no Ceará. A partir da realização deste encontro foi

fundada a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe – Rede LAC, que reúne cerca de 25 mil mulheres e 250 Organizações em 23 países.

Os movimentos de mulheres rurais, junto com organizações de apoio, foram fundamentais para mostrar as desigualdades de gênero na agricultura familiar, onde o homem era visto como o senhor, o patriarca, a partir do qual se organizava o trabalho e as relações na família. Até recentemente, o homem era quem dava a última palavra sobre tudo, até sobre o que comprar pra casa.

Mas, através das ações dos movimentos e grupos organizados de trabalhadoras rurais, e da contribuição de organizações não-governamentais (algumas delas, feministas), isto vem mudando.

Uma mudança muito importante e essencial para a conquista de direitos foi o auto-reconhecimento das mulheres do campo como **“agricultoras”** ou **“trabalhadoras rurais”**.

Sim, porque antes de surgirem esses movimentos, quando se perguntava a uma mulher do campo sua profissão, ela respondia “doméstica”, “do lar” ou “dona de casa”. Se perguntada se trabalhava na roça, dizia “não, apenas ajudo”. Assim, seu trabalho na agricultura ficava invisível, pois ninguém o “via”. Nem as próprias agricultoras, que foram levadas, durante séculos, a acreditar que o que faziam não era trabalho, mas apenas um complemento ao trabalho do homem.

Para provocar mudanças, os movimentos de mulheres rurais e algumas ONGs desenvolveram diversas atividades com as agricultoras: oficinas e rodas de conversa sobre o ser mulher, sobre o corpo e saúde reprodutiva, sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, sobre o direito à terra, à sindicalização e aos direitos trabalhistas, entre outras. Com isso, as agricultoras foram tomando consciência do lugar subalternizado

que as mulheres, e em especial, as trabalhadoras rurais ocupavam na sociedade. Conheceram direitos dos quais eram excluídas, por não serem reconhecidas como trabalhadoras.

Nos últimos trinta anos, desde que foi criado o primeiro grupo, as trabalhadoras rurais foram se organizando mais e mais para mudar essa situação. Hoje, uma das maiores ações do movimento de mulheres no mundo, é a marcha das trabalhadoras rurais...

Ah, a Marcha das Margaridas! Eu sei, porque participei da última. Foi lindo ver tantas mulheres reunidas, unidas, lutando pelos mesmos direitos!

Exatamente! E tem sido através da auto-organização, da auto-afirmação como “trabalhadoras rurais” ou agricultoras e de ações como a Marcha das Margaridas, que as mulheres do campo vem conquistando importantes direitos.

Hoje as agricultoras tem direito: à **aposentadoria** (para as mulheres com 55 anos, e os homens com 60 anos); o **salário-maternidade** (para mulheres que parirem ou adotarem crianças de até 8 anos de idade); e o **auxílio-doença** (para quem, temporariamente, não pode trabalhar por motivo de doença ou acidente).

Mas há um problema: muitas mulheres rurais enfrentam ainda preconceitos que prejudicam seu acesso a esses direitos. Um deles é o estereótipo de trabalhadora rural... Já sei, vou explicar!

Esterótipo é a *imagem* preconcebida (que a gente cria antes de conhecer algo), usada para definir pessoas ou grupos, atribuindo a todas elas uma mesma característica, geralmente negativa. Por exemplo, o estereótipo da agricultora é a imagem de uma mulher marcada pelo sol, mal vestida ou vestida do modo muito simples, com roupas

de chita, pés maltratados e com chinelas alpercatas, lenço na cabeça (ou uma lata d'água, se ela for nordestina), mãos calejadas e unhas sujas de terra, que é analfabeta ou semi-analfabeta e que fala errado, de modo “caipira”.

Essa é a imagem preconceituosa e estereotipada que se tinha, e que muitas pessoas ainda tem, sobre as mulheres do campo.

Só que as mulheres rurais (e também os homens), além de não serem todas iguais, mudaram muito. Hoje se vestem de modo muito parecido com as pessoas das cidades, cortam o cabelo em cortes diversos, fazem as unhas, se protegem do sol com chapéus e camisas de manga longa, usam protetor solar e hidratante pra pele. Com isso, a imagem *real* da mulher rural mudou e se diversificou ainda mais.

Porém, é comum que pessoas das cidades, entre as quais, profissionais do INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social, ainda esperem ver aquela imagem “estereotipada” de agricultora. Por isso, quando uma trabalhadora rural vai ao INSS solicitar um benefício ou aposentadoria, muitas vezes é discriminada: tanto por não corresponder ao estereótipo de agricultora, como por não ser reconhecida como trabalhadora – por conta daquela ideia de que mulher apenas ajuda na roça.

É por isso que tem agricultora que se desarruma toda e até suja as unhas de terra antes de ir ao INSS!

Pois é! E isto é discriminação. Nenhuma outra profissional precisa fazer algo assim para comprovar seu trabalho. Por isso, os movimentos de trabalhadoras rurais denunciam essas práticas e reivindicam do governo capacitação e orientação para quem trabalha no INSS, pra que usem outros critérios para caracterizar as agricultoras. E que elas sejam reconhecidas em sua diversidade.

Novas conquistas

Os direitos trabalhistas foram uma importante conquista das agricultoras na década de 1990. Mas além desses direitos, hoje as agricultoras contam com outras políticas públicas que também são frutos de sua luta.

Desde 1995, o governo federal tem o Pronaf-Mulher: linha especial de crédito que financia atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por mulheres no âmbito da agricultura familiar.

Em 2003, o MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário passou a contar com um setor voltado para ações dirigidas às mulheres e para a promoção da igualdade de raça e etnia. Antes este setor era denominado Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) e hoje se chama Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ).

De acordo com documentos do MDA (2009), essa instância coordena e desenvolve ações que buscam provocar mudanças na divisão sexual do trabalho, promover o reconhecimento das mulheres como produtoras rurais e garantir o exercício dos direitos econômicos destas.

Para isso, a DPMRQ desenvolve um conjunto de ações e programas voltados para as mulheres do campo:

-Programa de Documentação das Trabalhadoras Rurais: resultou de uma campanha, criada pela ANMTR em 1997, visando a emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas e de acesso aos direitos previdenciários para as agricultoras. Inclui ações educativas de esclarecimento às mulheres sobre o uso de documentos e de orientação para o seu acesso às políticas públicas, promovendo sua autonomia econômica.

-Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR): busca fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização e promovendo sua autonomia econômica.

-Política Setorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres: visa fortalecer a organização produtiva das mulheres, promover a agroecologia e ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos seus empreendimentos econômicos.

-Outra ação importante da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas é a promoção da ***inserção das mulheres no Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)***, através do apoio a comercialização de seus produtos por meio das compras públicas dos governos.

Bom exemplo

Em Ipubi, no sertão de Pernambuco, o governo local tomou uma decisão inovadora na gestão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Desde 2011, as mulheres passaram a ter prioridade na seleção dos agricultores atendidos. Hoje, elas representam 83% dos fornecedores do programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, na cidade. São 266 famílias chefiadas por mulheres.

O PAA municipal é executado por meio de convênio entre a prefeitura de Ipubi e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a decisão de priorizar mulheres no PAA, a partir de 2011, seguiu orientação do governo federal. A prefeitura de Ipubi, no entanto, superou de longe a diretriz. Não sem descontentamento dos homens, antes privilegiados pelo programa. “Não teve um que aprovasse no começo”, diz o engenheiro agrônomo e coordenador do programa em Ipubi, Raniele Pontes. Mas os benefícios da mudança vieram rapidamente e logo as reclamações deram lugar a elogios. “Hoje, a maioria acha que o dinheiro do programa é mais bem gerenciado nas mãos das mulheres.”

Mas importante!

Esses projetos e programas não foram “inventados” pelo governo federal nem são presentes ou benefícios. Eles resultam das reivindicações das agricultoras, organizadas em seus movimentos.

São DIREITOS **conquistados** através das Marchas das Margaridas, da participação nas Conferências de Políticas para Mulheres, Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conferências de Segurança Alimentar e de audiências com gestores e gestoras públicas.

Sem dúvidas, o acesso a direitos e aos programas governamentais, juntamente com projetos desenvolvidos por ONGs e as ações dos próprios movimentos de mulheres, tem mudado a vida das mulheres do campo. Porém, se hoje essas mulheres tem acesso a crédito, à terra, recebem assistência técnica, participam de projetos e se engajam em movimentos e organizações sociais, em casa as coisas pouco mudaram. O trabalho doméstico não está sendo dividido e isto sobrecarrega ainda mais as mulheres.

E atenção! A solução para esta sobrecarga não está na saída das mulheres dos movimentos e organizações nem no abandono de seus projetos produtivos e quintais agroecológicos. O que é necessário e urgente é uma *(re)divisão sexual* do **trabalho doméstico**. É preciso nos conscientizarmos que esta não é uma obrigação das mulheres, mas sim uma responsabilidade de todos os membros da família.

Para isso, os homens precisam assumir sua parte no trabalho de casa e entender que a divisão do trabalho doméstico com as mulheres não os torna menos homens, mas sim “novos homens”: solidários, amigos... Ou seja, verdadeiros **companheiros!**

8ª Roda de Conversa – Gênero e geração

Esta nossa conversa será sobre gênero e geração. O termo geração aqui se refere às fases da vida: infância, adolescência, juventude, vida adulta e velhice...

Sim, velhice! Porque todas as pessoas envelhecem! A infância, a juventude e a fase adulta não duram pra sempre. E, à medida que o tempo passa, envelhecemos.

Como tudo na vida, todas as fases tem seu lado bom e seu lado ruim. Aproveitar o que há de bom e aprender a lidar com o que é ruim em cada uma delas, é provavelmente nosso maior desafio.

Mas o que gênero tem a ver com isso? Tanto mulheres como homens não passam por essas fases?

Sim, mas não da mesma forma. Para cada fase, se espera que mulheres e homens ajam e se comportem de modos muito específicos. Além disso, a depender de onde vivemos (se no campo ou na cidade), essas expectativas também mudam. E, como já vimos, elas também mudam com o tempo.

A gente já refletiu sobre a diferença de ser mulher ou ser homem hoje e como era “antigamente”, não foi? Vamos então pensar um pouco sobre como é ser jovem, ser uma pessoa adulta ou idosa no campo? E como é viver isto sendo mulher ou homem?

Exercício: O que há de BOM e de RUIM em ser mulher e ser homem no meio rural, nas várias fases da vida?

Gênero /geração	O que tem de bom?	O que tem de ruim?
Ser mulher jovem ...		
Ser mulher adulta ...		
Ser mulher idosa ...		
Ser homem jovem ...		
Ser homem adulto ...		
Ser homem idoso ...		

Tem diferença entre ser mulher e ser homem em cada fase dessas? E entre as gerações, há diferenças? É melhor a juventude, a fase adulta ou a velhice? Há conflitos entre quem é mais jovem e quem tem mais idade? Porque?

Não há apenas uma resposta para essas questões, pois tanto há diferenças como semelhanças entre ser mulher e ser homem nas várias fases da vida. E isto muda com o passar do tempo.

Por exemplo, “antigamente”, o que se esperava de uma mulher jovem no campo? Que, enquanto solteira, fosse “recatada”, não ir a festa sozinha, namorar de forma “respeitável” e para casar. Quando casada, ser uma boa dona de casa, boa esposa, boa mãe e “ajudar” o marido na lida.

E de um homem jovem? Este podia namorar, brincar, beber, ir a festas e namorar o máximo possível. Mas depois tinha que “constituir família”, ser trabalhador, o provedor da casa e o chefe da família.

A constituição da família era como uma passagem para a vida adulta, independente da idade. As pessoas mais velhas eram o bastião da família, devendo ser respeitadas sua experiência e autoridade – sobretudo, a dos homens. Havia

O que leva as mulheres a deixarem hoje o campo?	Quais as consequências para a agricultura familiar?

As condições de vida no campo, que sempre foram duras, motivaram por muito tempo a migração de mulheres e homens para as cidades. Mas hoje, no caso das mulheres, existem também outros motivos. Um deles é o fato das mulheres não terem muitas opções de realização pessoal com a vida no campo.

Como já vimos, a agricultura sempre foi pensada no masculino e considerada o lugar dos homens. Para as mulheres restava o “destino” de se tornarem, ainda meninas, domésticas nas “casas de família” ou casarem cedo, tornando-se mães e donas de casa e “ajudantes” do marido.

Mas muita coisa vem mudando. A luta dos movimentos de mulheres por liberdade e autonomia chega aos poucos no meio rural, trazida pelos próprios movimentos, pela televisão e, hoje, pela internet. Isto cria novas expectativas de vida para as mulheres, e homens, do meio rural.

Também tem o fato, de hoje, as pessoas se movimentarem mais entre o campo e as cidades – por haver mais carros de linha, ônibus e “Topics”, pela popularização das motocicletas. A parcela jovem, que geralmente estuda nas sedes dos municípios, tem mais oportunidade de trocar ideias e experiências com jovens das cidades e assim vão mudando seu jeito de ser.

Além disso, o nível de estudo da juventude rural também tem melhorado, principalmente entre as mulheres, que não só terminam o ensino médio, como muitas vezes concluem o ensino superior, com a chegada das faculdades ao interior. Com isto abrem-se outras possibilidades de trabalho para a juventude e, em especial, para as jovens, que hoje buscam e encontram outras formas de se realizar – fora da agricultura!

Se por um lado isto traz, em algumas situações, novas perspectivas de vida, por outro põe em risco a manutenção da agricultura familiar. Sem a juventude e, sobretudo, sem as mulheres, a agricultura familiar não tem como sobreviver. Por isso, é importante se pensar na reformulação da agricultura familiar.

Sem dúvidas, as condições de trabalho e vida no campo precisam melhorar, seja para mulheres ou para homens. É necessária e urgente a implantação e melhoria de equipamentos sociais, como escolas, postos de saúde, creches. A oferta de melhores condições de transporte e comunicação. Além do contínuo incentivo e apoio à produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Mas a família rural também precisa passar por mudanças. Mulheres e homens, de todas as idades, precisam ser mais iguais, ter as mesmas oportunidades de trabalho e de realização pessoal. A família patriarcal, onde o homem era o chefe da família, precisa dar lugar a uma nova família, onde as relações de gênero e de geração sejam mais igualitárias. Onde o poder de decidir sobre tudo que envolve a família – seja o trabalho em casa ou na roça, os estudos, as relações – seja dividido entre os vários membros da família, de todos os sexos e idades.

9ª Roda de Conversa – Violência contra as mulheres: “metendo a colher”

A gente já viu que no trabalho fora de casa e na política, embora lentamente, a situação das mulheres vem mudando. Mas dentro de casa muita coisa permanece igual. Sobretudo, na vida das mulheres que não participam de movimentos. Muitas delas tem que “pedir” aos maridos para sair de casa, para ir à cidade e às vezes até pra visitar a família.

Algumas não participam de atividades fora da comunidade porque o marido “não gosta”. Vocês já ouviram isso? É importante a gente refletir sobre esta questão, pois gostar e amar pode ser, e muitas vezes é, uma forma de oprimir e dominar...

Eita! Agora que deu um nó no “quengo” fui eu. O amor pode oprimir? Como?

Imaginem uma situação: Uma mulher é convidada por outras para uma reunião só de mulheres na sede do município e fica com muita vontade de participar, saber como são esses encontros. Ela chega em casa e fala com o marido, que diz: “Você não vai! Mulher minha não anda sozinha por aí não!”. Provavelmente ela vai se sentir oprimida, reprimida – mesmo que não questione.

Mas se o marido falar calmamente: “Mulher, tu é quem decide, mas tu sabe que eu *não gosto* que tu saia por aí sozinha, né? Pelo meu gosto tu não vai”. Neste caso, a mulher pode não perceber aí uma opressão. Mas se pensarmos bem, das duas formas ele está oprimindo o seu desejo. A diferença, é que na segunda fala, a opressão é sutil, escamoteada. Ele diz que “não gosta”, quase como um pedido. Com isso, muitas mulheres deixam de fazer o que gostariam de fazer, como participar de atividades dos movimentos, de projetos produtivos de apoio às mulheres, ou ir à cidade, a uma festa, cortar o cabelo, vestir determinada roupa.

Tudo porque o marido “não gosta”. E, entre “gostar” e “não gostar”, muitas vezes se chega à situações de violência...

Pra gente entender bem isto, vamos conversar sobre uma questão muito séria – a violência contra as mulheres? Vamos pensar sobre como e porque ela acontece?

Exercício: Listem abaixo os tipos e formas de violência contra as mulheres. Porque ela acontece? Quais as consequências?

Tipo/forma de violência	Porque acontece?	Quais as consequências?

São muitas as formas de violência praticadas contra as mulheres. Mas nem sempre determinadas atitudes são vistas – pelas próprias mulheres, pelos agressores e mesmo por alguns órgãos públicos – como violência. Por isso, os movimentos e organizações feministas interviram junto aos órgãos públicos, brasileiros e internacionais, para que houvesse uma definição ampla do que seja “violência contra as mulheres”. Segundo a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha, Art. 5°):

configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Os tipos de violência mais comuns contra as mulheres são:

A **violência física** – praticada diretamente sobre o corpo da mulher, por meio de socos, empurrões, beliscões, mordidas, chutes, queimaduras, cortes e até tiros.

A **violência sexual** – quando a mulher é obrigada, pelo uso de força ou ameaça, a ter relações ou praticar atos sexuais que não deseja. Muitas vezes o agressor é o próprio marido ou companheiro que se sente no direito de satisfazer seu desejo sexual independente da vontade da mulher.

A **violência psicológica** – quando a mulher tem sua auto-confiança atingida por agressões verbais: insultos, ameaças, comparações, humilhações, ironias. Às vezes a mulher é proibida de se expressar, estudar, sair de casa, trabalhar, escolher o que vestir. Esta forma de violência é mais difícil de identificar, mas nem por isso faz menos mal, pois diminui a capacidade de reação ante a agressão.

A **violência moral** – que é uma das formas de violência psicológica, pois para violentar psicologicamente é preciso também desmoralizar. Ela ocorre através de calúnias, difamações ou injúrias que atingem a honra ou a reputação da mulher.

A **violência patrimonial** – ações que resultam em dano, perda, subtração, destruição, retenção de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens ou recursos econômicos destinados a satisfazer as necessidades da mulher. Muitas vezes ela é utilizada para limitar a liberdade da mulher, inclusive de ir e vir, na medida em que lhe são retirados meios para a própria subsistência.

E porque isto acontece? Ou seja, porque os homens se sentem no direito de violentar as mulheres?

A maioria das pessoas costuma dizer que o principal motivo é o álcool, a bebida. Mas então, porque que quando bebem, os homens agredem suas namoradas, esposas, companheiras e não outras mulheres e homens?

É que a verdadeira causa não é esta. O álcool contribui com a violência, porque libera sentimentos e pensamentos retraídos. Mas o real motivo, por trás do álcool, é o machismo, que está entranhado nos homens e na maioria das pessoas.

Prova disso é que os homens agredem as mulheres que eles consideram “suas”: *sua* esposa, *sua* namorada, *sua mulher*! Se ela é “sua”, ele entende que ela deve fazer apenas o que lhe agrada e que não pode ser de mais ninguém.

É esta idéia patriarcal, machista, que fica lá no fundo da consciência dos homens – e de algumas mulheres.

Muitos homens justificam a violência em nome de um suposto “amor”. Por ciúmes ou porque as mulheres não querem mais viver ou namorar com eles. E dizem que não conseguem viver sem elas. Mas este é um modo estranho de amar, não é não?

Por outro lado, as mulheres sentem muita dificuldade de sair de uma situação de violência. Na maioria das vezes, isto ocorre por conta da *formação de gênero* dada às mulheres, que ainda são criadas com o ideal romântico de fazer um “bom casamento”, que dure pra sempre e para serem boas mães, boas esposas e boas donas de casa. Em nome deste ideal e do amor, muitas mulheres silenciam sobre a violência. Em nome do amor à família, muitas mulheres suportam por anos situações de violência doméstica.

Além disso, tem o preconceito da sociedade, que apesar de questionar as mulheres que vivem em situação de violência, quando estas se separam dos agressores, não recebem apoio, nem da sociedade nem, às vezes, da família.

A religião também influencia, especialmente as cristãs que, com base na sua leitura da bíblia, insistem que as mulheres tem que permanecer casadas e fazer todo sacrifício para manter a família unida. Esse sacrifício pode ser viver uma vida de violência – física, sexual, psicológica, emocional – e até mesmo perder a vida.

Isto é inaceitável! Toda mulher tem o direito de ter uma vida sem violência. A sociedade, os governos, todas as organizações sociais precisam se unir aos movimentos de mulheres na luta pelo fim da violência contra as mulheres.

Lei Maria da Penha – um passo para o enfrentamento da violência doméstica

Uma conquista importante dos movimentos feministas e de mulheres foi a aprovação, em 2006, da lei 11.340, chamada de Lei Maria da Penha que, entre outros pontos:

- Explica o que é “violência doméstica e familiar”: Aquela que acontece no espaço de convívio das pessoas, geralmente a casa; que ocorre na família (biológica ou não); que ocorre nas relações de “afeto” – o que torna mais difícil a denúncia;
- Determina que a violência doméstica contra as mulheres independe da orientação sexual;
- Estabelece medidas protetivas, como o afastamento do agressor do lar/domicílio; a proibição de que ele se aproxime da vítima ou de seus familiares; ou a proibição de que ele frequente determinados lugares;
- Permite a prisão do agressor quando houver flagrante e proíbe as penas pecuniárias (como pagamento de multas ou cestas básicas);
- Quando se trata de crimes de ameaça ou tentativa de agressão ou assassinato, a mulher vitimada que der queixa na delegacia (comum ou Especial da Mulher), só poderá voltar atrás na denúncia perante a autoridade judicial;
- Não permite mais que a mulher entregue a intimação ao agressor, por isto por em risco sua vida ou integridade.

E uma recente e importante conquista: a partir de fevereiro de 2012, o Ministério Público (promotoria) pode abrir processo contra o agressor, mesmo que a mulher agredida não faça queixa. O Supremo Tribunal Federal - STF julgou que o Estado deve intervir para defender as mulheres em situação de violência, mesmo que elas não denunciem formalmente.

Para o movimento feminista, um dos grandes avanços desta lei é que ela tira a violência doméstica da impunidade, considerando crime sujeito à pena, qualquer ato de violência contra as mulheres.

Deixa de entender a violência como expressão das relações amorosas entre mulheres e homens, negando o ditado popular que diz que “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Pela Lei Maria da Penha, a gente deve meter a colher, e até o corpo inteiro, se for necessário!

Mas sabemos que só a Lei não basta. Para acabar com a violência contra as mulheres, outras medidas e ações são necessárias.

Cabe ao Estado:

- Compreender a violência contra as mulheres como questão de saúde pública, qualificando e capacitando profissionais da saúde e adequar hospitais e postos de saúde para diagnosticar a violência e contribuir para a solução do problema.
- Desenvolver uma política de educação não sexista, incentivando a redação e adoção de livros didáticos que explicitem as desigualdades de gênero e combatam as discriminações.
- Ampliar e fortalecer as delegacias de defesa da mulher, criar e equipar centros de referência e casas abrigo, oferecendo qualificação e capacitação do quadro de profissionais visando melhorar a qualidade do atendimento.

Cabe à sociedade:

- Combater os preconceitos e estereótipos que contribuem para difundir uma visão subalternizada das mulheres e, assim, legitimar a violência.

Não reproduzir a ideia de que mulheres gostam de apanhar. Ninguém gosta de sofrer violência. Quando as mulheres não conseguem romper o relacionamento

- com ao gressor, é porque a situação atingiu uma dimensão emocional e psicológica, envolvendo as mulheres no chamado “Ciclo da violência”: o homem agride a mulher depois perde perdão e promete nunca mais agredi-la o casal vive um momento de “lua de mel” mas passado um tempo, ele volta a agredi-la. E este ciclo vai se repetindo. Os momentos de “lua de mel” tornam difícil a ruptura nos momentos de violência.
- Não tolerar qualquer tipo de violência contra as mulheres, seja ela física, emocional, sexual ou patrimonial.
- Exigir do Estado que cumpra seu papel social, protegendo as mulheres – e qualquer pessoa – de situações de violência, seja de que tipo for.

10ª Roda de Conversa – Direitos sexuais e direitos reprodutivos

Nesta conversa, vamos falar da defesa dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. Vocês já ouviram falar deles?

Eu sim! Já li numa cartilha. São os direitos das pessoas de viverem sua sexualidade com liberdade e de decidir sobre ter ou não ter filhos, não é?

Isso mesmo! Durante muito tempo, a sexualidade e a reprodução foram utilizadas como forma de controlar o corpo e a mente das mulheres. Dai começou a luta feminista pelo direito das mulheres vivenciarem plenamente sua sexualidade, de forma livre, autônoma e prazerosa e de viver a reprodução e a maternidade como um direito e não como obrigação.

Se observarmos bem, até pouco tempo, para a maioria das mulheres, o sexo e a sexualidade eram vistos apenas de três formas:

- 1) Para as mulheres consideradas “corretas”, o sexo estava relacionado ao casamento e à sua função de *reprodutoras* – seu papel era engravidar e parir;
- 2) Para as mulheres consideradas “erradas” (leia-se, prostitutas), o sexo tinha a função exclusiva de satisfazer os homens;
- 3) Já as que sentiam prazer com o sexo, eram consideradas “doentes”, “histéricas”!

Terrível isto, não era? Mas a luta feminista avançou bastante nesse campo e hoje os organismos internacionais (a ONU-Organizações das Nações Unidas, a OEA-Organização dos Estados Americanos, OMS-Organização Mundial da Saúde) reconhecem os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos de mulheres e homens como direitos humanos. Mas quais são esses direitos? Vamos ver...?

DIREITOS SEXUAIS (colocar fonte da informação)

1. **Viver a sexualidade independente do estado civil, idade ou condição física:** Todas as pessoas – adolescentes, solteiras, separadas, viúvas, idosas, portadoras de deficiências – têm direito de vivenciar sua sexualidade plenamente.
 2. **Receber educação sexual ampla e sem preconceitos:** Ter acesso a informações adequadas sobre tudo o que se refere à sexualidade. Acabar com os preconceitos, através de informações atualizadas, ajuda a entender melhor as diferentes formas de se exercer a sexualidade e, com isso, melhorar a vida das pessoas.
 3. **Viver a sexualidade livre de preconceitos:** A não discriminação e o respeito às preferências e práticas sexuais de cada pessoa são um direito.
 4. **Praticar a sexualidade independente da penetração:** A atividade sexual não se reduz à penetração. Beijar, acariciar, abraçar, fantasiar também são formas prazerosas e legais de viver a sexualidade.
 5. **Exercer a sexualidade independente da reprodução:** Ter filhos ou filhas é uma escolha e não um destino. Transar é uma experiência válida por si só e não um caminho obrigatório para a reprodução.
 6. **Escolher o que deseja ou não fazer com o próprio corpo:** Ter o controle do seu corpo é um modo de escolher a condução de sua própria vida. As pessoas não são objetos sexuais, nem pertencem a outras, e têm direito de não serem violentadas nem vítimas de atos sexuais impostos por chantagem, ameaça ou pressão.
- Praticar o sexo com segurança e proteção:** Saúde é algo sério e devemos preservá-la de toda doença. Usar camisinha é essencial. Não tem prazer, amor ou alegria que seja mais importante que a nossa vida.

DIREITOS REPRODUTIVOS (colocar fonte da informação)

1. **Mulheres e homens tem o direito de decidir se querem ou não ter filhos e/ou filhas, em que momento da vida isto deve ocorrer e quantos filhos e filhas desejam ter:** Toda pessoa tem o direito de escolher se quer ou não ser mãe ou pai. Para isso, é necessário o acesso à informação e a métodos contraceptivos seguros e de qualidade. Para as mulheres, deve ser garantido o direito de interromper uma gravidez que ela não planejou, não deseja ou não pode levar adiante, independente do motivo.
2. **Mulheres e homens tem o direito de participar com iguais responsabilidades na criação e educação dos filhos e filhas:** Homens também têm a obrigação de cuidar da educação, alimentação e saúde de filhos e filhas. Esta é uma responsabilidade social e afetiva de todas as pessoas que escolhem ser pais e mães.
3. **Direito a serviços de saúde públicos e de qualidade:** O Estado deve oferecer serviços de saúde de qualidade e acessíveis a todas as pessoas, de modo a propiciar e garantir a saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens em todas as etapas da vida.
4. **Direitos à adoção e ao tratamento da infertilidade:** Ter leis que facilitem a adoção de crianças, bem como a garantia de acesso a tratamentos da infertilidade com qualidade, através do SUS – Sistema Único de Saúde.

Embora esses direitos sejam uma conquista recente, diversos organismos internacionais e muitos países do mundo, inclusive o Brasil, reconhecem sua importância e necessidade. Contudo, isto ainda é pouco, pois é preciso que eles se transformem em leis e em políticas públicas e ações concretas. E, sobretudo, que sejam aceitos e respeitados por toda a sociedade!

PARA CONCLUIR

Ao longo das últimas três décadas, os movimentos de mulheres rurais – sejam aquelas identificadas como “trabalhadoras rurais”, “agricultoras” ou “camponesas” – tem avançado significativamente na conquista de direitos. Avançaram, sobretudo, na sua afirmação como sujeitos (individuais e coletivos), na ocupação de espaços de poder e no reconhecimento pela sociedade de sua existência social e política. Com isso, vem transformando os movimentos sociais do campo e suas dinâmicas de luta – por políticas públicas para a agricultura familiar, por reforma agrária, por uma educação contextualizada –, vem mudando o olhar da sociedade sobre as mulheres do campo e estabelecendo uma nova relação com o Estado.

No entanto, e apesar desses avanços, os desafios para se alcançar relações de gênero mais justas e igualitárias no campo ainda são muitos. Dados mostram que as desigualdades entre mulheres e homens no meio rural ainda persistem, principalmente no que diz respeito ao acesso e posse da terra e à renda pelo trabalho na agricultura. Mas também quanto ao poder de decisão na família, quanto à violência doméstica e, especialmente, quanto à liberdade e autonomia sobre a própria vida – as escolhas e decisões sobre o corpo, sobre a sexualidade, sobre o trabalho, o modo de vida.

Para que essas desigualdades sejam superadas, muita luta e trabalho ainda se fazem necessários. Tanto nas dimensões social, política e econômica, como nas dimensões cultural e subjetivo. Uma questão importante de se compreender é que, se o gênero

é uma construção social, se é uma “invenção” das sociedades, é, portanto, uma invenção nossa! Afinal, nós somos essas sociedades! E, se ao longo da história construímos (como sociedades) essas relações de desigualdade, podemos também transformá-las. Podemos construir novas relações, baseadas na igualdade, na justiça e na liberdade e autonomia dos sujeitos.

Um passo importante para isso é a transformação individual. É necessário que cada pessoa, seja mulher ou homem, se abra para pensar e refletir criticamente sobre seu lugar na sociedade e sobre sua contribuição para a manutenção ou superação das desigualdades e injustiças. A autoreflexão e autocrítica, assim como a abertura para mudar sentimento, pensamentos e, sobretudo, atitudes, são fundamentais nesse processo. Sem nos transformar individualmente não é possível transformar o mundo.

Por outro lado, só a mudança individual não é suficiente para essa transformação radical, isto é, “transformar o mundo”, seus valores, suas formas de organização. Para tanto se fazem necessárias ações que mudem, a um só tempo, a vida de muitas pessoas. E isto só é possível pela ação coletiva, que por sua vez exige a organização política de sujeitos.

Pensando nas mulheres, somente pela ação coletiva em grupos e movimentos é possível transformar a um só tempo a vida de muitas mulheres. Sem dúvida, a participação política individual de mulheres em espaços públicos, por si só já transforma o lugar social por elas ocupado. Mas é, sobretudo, pela ação coletiva que se abalam as estruturas de poder e dominação patriarcal.

Neste sentido, entende-se ser fundamental fortalecer a organização política coletiva das mulheres rurais, para que juntas possam transformar a si mesmas e transformar e abalar a ordem patriarcal de gênero que ainda prevalece no campo.

Esperamos que com esta cartilha seja um instrumento de apoio e um subsídio

Onde procurar apoio ou fazer denúncias

Abaixo, há uma lista de órgãos públicos onde se pode buscar ajuda ou mesmo fazer denúncias de direitos violados.

Para as mulheres que vivem no interior, um equipamento importante é a **Central de Atendimento à Mulher do Governo Federal – 180**. Você pode telefonar para este número de qualquer lugar do país e denunciar casos de violência contra a mulher.

DELEGACIAS ESPECIAIS DE DEFESA DA MULHER

Delegacia de Defesa das Mulheres - DDM – Caucaia

Rua José da Rocha Sales, 155 – Centro. Fone: (85) 31017926

Delegacia de Defesa das Mulheres - DDM – Crato

Rua André Cartaxo, 478 – São Miguel. Fone: (88) 31021250

Delegacia de Defesa das Mulheres - DDM – Fortaleza

Rua Manuelito Moreira, 12 – Centro. Fone: (85) 31012495

Delegacia de Defesa das Mulheres - DDM – Iguatu

Rua Martins Soares Moreno, s/n – Centro. Fone: (88) 35819454

Delegacia de Defesa das Mulheres - DDM – Juazeiro do Norte

Rua das Flores, s/n – Santa Tereza. Fone: (88) 31021102

Delegacia de Defesa das Mulheres - DDM – Maracanaú

Rua Pe José Holanda do Vale, 9612 – Ipiratinga. Fone: (85) 33717835

Delegacia de Defesa das Mulheres - DDM – Sobral

Rua Lúcia Sabóia, 365 – Centro. Fone: (88) 36774282

SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Maternidade Escola Assis Chateaubriand

Rua Cel. Nunes de Melo, s/n – Rodolfo Teófilo. Fortaleza-CE. Fone: (85) 33668501

Hospital Gonzaguinha de Messejana

Av. Washington Soares, 1700 – Messejana. Fortaleza-CE. Fone: (85)31051590

Hospital Geral Dr. César Cals

Av. do Imperador, 545 – Centro. Fortaleza-CE. Fone: 31015350.

DEFENSORIAS PÚBLICAS

Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública de Fortaleza

Rua Manuelito Moreira, 12 – Centro. Fone: (85) 32265720

Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará

Rua Caio Cid, 150 – Luciano Cavalcante. Fortaleza-CE. Fone: (85) 31013419

A maioria destes órgãos só existe nas cidades grandes ou de médio porte. Mas tem um órgão que toda pessoa pode recorrer o Ministério Público, também conhecido como Promotoria. Então, se você precisar de ajuda ou quiser fazer uma denúncia, procure a Promotoria de sua cidade ou município.

No caso de abuso sexual de meninas (ou meninos), você pode ligar para o número **100** e fazer a denúncia ou se informar como proceder. No caso de abuso de crianças, é importante também denunciar no Conselho Tutelar de sua cidade ou município.

65 Dados e publicações consultadas:

Cartilha “**Fatinha e Izabel apresentam: Lei Maria da Penha – enfrentando a violência contra as Mulheres**”. Fórum Cearense de Mulheres/AMB, 2007. Redação: Beth Ferreira e Tassiana Lima.

Cartilha **Agenda da Mulher Comerciária**. Sindicato dos(as) Comerciários(as) de Fortaleza, 2012. Redação: Beth Ferreira.

Documento “**Frente de Luta pela Reforma do Sistema Político**”. AMB - Articulação de Mulheres brasileiras, 2010. Org: Beth Ferreira

CFÊMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Plataforma Feminista em defesa da igualdade e da cidadania feminina** - Pela política na lei, pela política na vida. Brasília, 2010. Redação: Beth Ferreira. Disponível em: www.cfemea.org.br.

_____. **Dados estatísticos: Eleições 2010 e 2008**. Disponível em: www.cfemea.org.br.

CRUZ, Elizabeth F. **Ação política, transformação social e re-construção de identidades: Um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

_____. **Do Doméstico ao público: participação política e des-re-construção da identidade de mulheres líderes no sindicalismo rural do Ceará**. Nf. 95. Monografia (Conclusão do Curso de Serviço Social). Universidade Estadual do Ceará, 2000.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres** - Contribuição à Política Nacional de Ater (PNATER). Brasília, 2009.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias-1/2012/03/mulheres-sao-80-dos-beneficiarios-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-em-ipubi-pernambuco>.

Fonte de imagens utilizadas